



Termini S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

com Relatório dos Auditores Independentes

Termini S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Termini S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Termini S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Termini S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 1. às demonstrações financeiras que descreve que a Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, incorreu em prejuízo líquido de R\$ 17.676 mil e apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 36.440. A continuidade operacional da Companhia depende do suporte financeiro de seus acionistas controladores. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfases--Continuidade

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia mantém em seu passivo circulante e não circulante recursos financeiros obtidos por meio da emissão de debêntures. Essas operações, devido a sua característica, preveem cláusulas restritivas (“*covenants*”) relacionados a índices financeiros apurados a partir das demonstrações financeiras auditadas da FMFS Empreendimentos e Participações Ltda. (“FMFS”), acionista controlador da Companhia, e apresentadas ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias contados da data do término do exercício social. Embora a Administração tenha apresentado os controles de que os índices financeiros foram atingidos, as demonstrações financeiras da FMFS ainda estão sendo examinadas pelos auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Termini S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.044	9	Debentures	9	33.199	10.949
Títulos e valores mobiliários	5	27.490	17.409	Fornecedores	10	10	3.572
Tributos a recuperar	-	245	379	Obrigações trabalhistas e sociais	11	47	190
Partes relacionadas	6	2.461	-	Impostos e contribuições a recolher	12	2.380	882
Créditos diversos	-	-	3	Parcelamento de tributos	13	726	622
Despesas antecipadas	-	1	1			36.362	16.215
Outros Ativos	7	3.116	-				
		37.357	17.801				
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	6	100.460	142.824	Debentures	9	152.003	174.623
Outros ativos	7	10.905	10.466	Parcelamento de tributos	13	1.306	1.641
Depósitos judiciais	-	10	10	Provisão para demandas judiciais	14	-	2.653
Imobilizado líquido	-	21	43			153.309	178.917
Intangível líquido	8	4.478	5.224				
		115.874	158.567				
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	15.1	2.000	2.000
				Reserva legal	15.2	400	400
				Reserva de capital	15.3	500	500
				Prejuízos acumulados	-	(39.340)	(21.664)
						(36.440)	(18.764)
Total do ativo		153.231	176.368	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		153.231	176.368

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termini S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida	16	17.705	354
Custo dos serviços prestados	17	(1.344)	(3.030)
Resultado bruto		16.361	(2.676)
Despesas administrativas e gerais	18	2.237	(758)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		18.598	(3.434)
Despesas financeiras	19	(38.326)	(10.002)
Receitas financeiras	19	2.052	216
Resultado financeiro		(36.274)	(9.786)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(17.676)	(13.220)
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(17.676)	(13.220)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termini S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(17.676)	(13.220)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(17.676)</u>	<u>(13.220)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termini S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para contingências</u>	<u>Reserva de lucros / (Prejuízos acumulados)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000	400	500	(8.444)	(5.544)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(13.220)	(13.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.000</u>	<u>400</u>	<u>500</u>	<u>(21.664)</u>	<u>(18.764)</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(17.676)	(17.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.000</u>	<u>400</u>	<u>500</u>	<u>(39.340)</u>	<u>(36.440)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Termini S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(17.676)	(13.220)
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização e depreciação	-	768	741
Provisão para demandas judiciais	-	(2.653)	754
Juros incorridos sobre debentures	-	-	1.187
		(19.561)	(10.538)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / diminuição dos ativos			
Contas a receber	-	-	875
Tributos a recuperar	-	134	(16)
Créditos diversos	-	3	(3)
Despesas antecipadas	-		11
Depósitos Judiciais	-	-	80
Outros ativos	-	(3.555)	(10.466)
Aumento / (diminuição) dos passivos			
Fornecedores	-	(3.562)	(6.538)
Obrigações trabalhistas e sociais	-	(143)	(156)
Impostos e contribuições a recolher	-	1.498	(504)
Parcelamento de tributos	-	(231)	395
Outras contas a pagar	-	-	(3)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		(25.417)	(26.863)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	-	(10.081)	(17.409)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(10.081)	(17.409)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos e financiamentos	-	19.140	184.385
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(19.510)	-
Distribuição de lucros	-	-	-
Partes relacionadas	-	39.903	(140.142)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		39.533	44.243
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.035	(29)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9	38
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4.044	9
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.035	(29)

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a exploração comercial, administração, planejamento, implantação, gerenciamento, fiscalização, promoção de construção e edificação e intermediação, seja com pessoal próprio ou mediante a contratação de terceiros de:

- (a) Estacionamentos de veículos e suas áreas comerciais abrangendo serviços de operação, arrecadação, exploração comercial e de espaços para publicidade, conservação, manutenção, limpeza, segurança e jardinagem;
- (b) Áreas comerciais de terminais de passageiros em todos os seus modais (aeroportos, estações de trem, metrô e correlatos, portos, rodoviários), centros de comércio, shopping center e correlatos;
- (c) Espaços destinados a comercialização de publicidade, promoção, eventos e atividades correlatas para anunciantes e patrocinadores;
- (d) Terminais de passageiros incluindo a operação, promoção de construção, remodelação e revitalização de terminais de passageiros em todos os seus modais e suas áreas de apoio, operação e comerciais;
- (e) Manutenção predial e de equipamentos, preventiva e corretiva nas áreas de engenharia civil, hidráulica, mecânica, elétrica, eletrônica, telefônica e informática.

A Companhia integra o Consórcio Prima formado pela Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. (“Socicam”) e pela Termini S.A., cujo propósito atual é a exploração incluindo a modernização e reforma das áreas existentes bem como a manutenção, conservação e administração dos Terminais Rodoviários do Município de São Paulo nos termos dos contratos celebrados com a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (“Metrô”) e vigentes.

O Consórcio Prima detém os seguintes contratos firmados com o Metro:

- (i) Contrato de Arrendamento nº 0151980001 relativo ao Terminal Tietê;
- (ii) Contrato de Arrendamento nº 0151980003 relativo ao Terminal Jabaquara;
- (iii) Contrato de Comodato nº 0051321101 relativo ao Terminal Barra Funda cujos prazos de vencimento são os seguintes:

Terminal rodoviário	Datas de vencimento	
	Contrato inicial	Aditivo contratual
Jabaquara (arrendamento)	14 de março de 2010	14 de março de 2030
Tietê (arrendamento)	21 de janeiro de 2010	21 de janeiro de 2030
Barra Funda (comodato)	14 de setembro de 2026	-

Em 27 de setembro de 2021, foi firmado o Instrumento de Venda e Compra de Ações entre a Socicam e os acionistas da Companhia no qual a empresa Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. adquiriu de forma direta e indiretamente 100% das ações da Termini S.A. passando a deter o controle acionário de forma majoritária da Companhia.

Desta forma, a Socicam assume de forma integral e exclusiva as operações dos terminais Tietê, Jabaquara e Barra Funda.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional--Continuação

No decorrer do exercício de 2022, as atividades operacionais, que até o exercício de 2021 eram executadas pela Companhia, passaram a ser realizadas pela sua controladora Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. Desta forma, as receitas decorrentes da locação de áreas e tarifas de embarque, estacionamento, entre outras, passaram a ser faturadas diretamente pela Socicam.

No exercício de 2023, a Administração da Socicam, controladora da Companhia, modificou a estratégia operacional e financeira, sendo assim, a Companhia voltou a faturar as tarifas de embarque.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e administradores em 04 de abril de 2024.

1.1. Continuidade operacional

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 17.676 e apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 36.440 (R\$ 18.764 em 2022). Para honrar os compromissos assumidos a Companhia conta com aportes dos acionistas controladores que garantem sua estabilidade financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de seus ativos e a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e não incluem quaisquer ajustes relativos a realização e classificação dos valores dos ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das operações.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e receitas e despesas nos períodos demonstrados.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--
Continuação****• Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas como: a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

- **Estimativas e premissas--Continuação**

- (iii) Amortização do ativo intangível**

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

3.4. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), instrumento de dívida; (VJORA) instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

- (ii) Passivos financeiros**

São classificados como passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis

- **Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido.

- **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis--Continuação

- **Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)--Continuação**
- **Amortização--Continuação**

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

3.7. Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Ativos e passivos contingentes--Continuação

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à razão de 9%.

3.10. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos e numerários em trânsito	4.044	9
	<u>4.044</u>	<u>9</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Bancos - conta centralizadora	7.565	8.296
Fundo de investimento em renda fixa – Trust DI	6.796	3.038
Fundo de investimento em renda fixa – Itaú Top DI FIC FI	13.129	6.075
	<u>27.490</u>	<u>17.409</u>

Valores mantidos em conta vinculada e aplicações em fundo de investimento em renda fixa, vinculadas à operação de debêntures. As aplicações são remuneradas às taxas próximas a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 7.565 estava alocado na conta centralizadora, onde são depositados os direitos creditórios, o montante de R\$ 6.796 é destinado à reserva de despesas e o montante de R\$ 13.129 é destinado à reserva de liquidez, a fim de garantir o pagamento das parcelas.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

6. Partes relacionadas

	2023	2022
Repasso – Consórcio Prima	2.461	-
Socicam Administração, Proj. e Repr. Ltda. – a)	100.460	142.824
	102.921	142.824
Circulante	2.461	-
Não circulante	100.460	142.824
Total	102.921	142.824

- a) Representam operações de crédito em conta corrente com os acionistas sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, parte dos recursos oriundos da emissão das debêntures seriam destinados ao grupo econômico da Companhia para fins de alongamento de dívidas existentes.

7. Outros ativos

	2023	2022
Gastos com operação de debêntures a apropriar	14.021	10.466
Circulante	3.116	-
Não circulante	10.905	10.466
	14.021	10.466

Referem-se a gastos decorrentes da operação de debentures e são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato.

8. Intangível líquido

	2023		2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10.563	(6.089)	4.474	5.219
Software	174	(170)	4	5
	10.737	(6.259)	4.478	5.224

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	5.224	5.941
(-) Amortização	(746)	(717)
Saldo final	4.478	5.224

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

9. Debentures

Os saldos de debêntures são representados por:

	2023	2022
Debentures	185.202	185.572
Circulante	33.199	10.949
Não circulante	152.003	174.623
Total	185.202	185.572

Características da emissão:

Em 10 de junho de 2022 a Companhia fez a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a serem convoladas em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada.

A Companhia por sua vez, na qualidade de emissora das Debêntures Privadas, destinará os recursos líquidos obtidos com a emissão das Debêntures Privadas na proporção de: (i) 85% (oitenta e cinco por cento) para o alongamento de dívidas existentes do grupo econômico da Termini; e (ii) 15% (quinze por cento) para o reforço de caixa da Termini.

O valor total da emissão é de até R\$ 200.000, sendo 200.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1, sendo que em 31 de dezembro de 2023 foram emitidas 200.000 unidades (183.424 unidades em 2022).

As Debêntures terão prazo de vencimento de 72 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de junho de 2028, ressalvadas as hipóteses de vencimento ou resgate antecipado das debêntures, nos termos da escritura das referidas debentures.

Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de sobretaxa de 7,00% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis.

A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada mensalmente, com carência de 12 (doze) meses após a data de emissão.

Cronograma dos vencimentos:

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2023:

Ano	2023
2025	43.639
2026	51.607
2027	38.566
2028	18.191
	152.003

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

9. Debêntures--Continuação

Garantias:

As debêntures possuem as seguintes garantias:

- a) **Garantia Real:** A cessão fiduciária, outorgada pelo Consórcio Prima, em caráter irrevogável e irretratável, em favor da Securitizadora, sobre todos e quaisquer direitos creditórios, atuais e futuros, direitos a receitas, reivindicações, indenizações e recebíveis de titularidade do Consórcio Prima, devidos pelos operadores de ônibus e oriundos das tarifas de embarque detidas pelo Consórcio Prima, por meio dos terminais rodoviários do Tietê, Jabaquara e Barra Funda;
- b) **Garantia fidejussória:** A fiança dos acionistas e sócios controladores.

Cláusulas restritivas (covenants):

As debêntures emitidas possuem cláusulas específicas que descrevem eventos que podem acarretar no vencimento antecipado automático das debêntures, independentemente, de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas eventos de vencimento antecipado não automático, onde, em caso de ocorrência do respectivo evento, e caso não sanados no prazo de cura, quando aplicável, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

Na escritura de debêntures estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros, a qual apresentamos a seguir:

- a) **Não observância,** pela FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda (“FMFS”), controladora indireta da Companhia, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, até a data de vencimento das Debêntures Privadas, dos seguintes índices financeiros, calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da FMFS auditadas e apresentados ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias. Os índices financeiros aqui mencionados serão calculados pela Termini e/ou pela FMFS levando-se em conta os resultados consolidados auditados da FMFS, e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações enviadas pela Termini e/ou pela FMFS ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros, que devem incluir a memória de cálculo, elaborada pela Emissora e/ou pela FMFS.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

9. Debentures--Continuação

Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação:

- a.1)** Razão entre “Dívida Líquida/EBITDA” sendo menor ou igual a: (i) 6,10 (seis inteiros e dez centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) 4,00 (quatro inteiros) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (iv) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento;
- a.2)** Dívida Bruta menor ou igual (i) R\$ 650.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) R\$ 630.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- a.3)** R\$ 570.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- a.4)** R\$ 450.000 para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a data de vencimento das Debêntures Privadas.

Em 14 de julho de 2023, por meio da Assembleia Geral Dos Titulares Das Debêntures foi aprovada a concessão de waiver à Companhia, no sentido de a Securitizadora abster-se de decretar o vencimento antecipado das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os controles financeiros elaborados preliminarmente pela Administração da FMFS, e em processo de auditoria pelos auditores independentes da FMFS, a Companhia está cumprindo os referidos indicadores.

Diante do cenário apresentado, a Administração decidiu manter inalterada a classificação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures.

10. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a pagar fornecedores	10	49
Contas a pagar arrendamentos (a)	-	3.523
	<u>10</u>	<u>3.572</u>

- (a)** Saldo a pagar referente às obrigações contratuais dos contratos de arrendamento com o Metrô. No decorrer de 2022, os débitos com o Metrô, incluindo os juros, foram repactuados, sendo que, as parcelas vencidas foram liquidadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 e o saldo referente aos juros e correção monetária foram pagos mensalmente até dezembro de 2023.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo de conta a pagar arrendamentos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	3.523	9.900
(+) Adições	20	105
(-) Pagamentos efetuados	(3.543)	(8.438)
(+) Juros repactuados	-	1.956
Saldo final	<u>-</u>	<u>3.523</u>

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários a pagar	6	38
Encargos sobre salários	12	40
Provisão de férias	20	81
Encargos sobre férias	8	30
Outras obrigações	1	1
	47	190

12. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
IRPJ a recolher	-	645
CSLL a recolher	-	232
PIS a recolher	136	1
COFINS a recolher	1.529	4
ISS a recolher	715	-
	2.380	882

13. Parcelamento de tributos

	2023	2022
Parcelamento de PIS	25	33
Parcelamento de COFINS	113	151
Parcelamento de IRPJ	1.391	1.525
Parcelamento de CSLL	504	554
	2.033	2.263
Circulante	726	622
Não circulante	1.307	1.641
	2.033	2.263

Os parcelamentos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL tem o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

A composição da parcela do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2023, é demonstrada a seguir:

Ano	2023
2025	755
2026	252
2027 em diante	300
	1.307

14. Provisão para demandas judiciais

Com base em análise das contingências judiciais pendentes quanto às ações trabalhistas e cíveis e na avaliação de cada causa e experiência anterior referente às quantias reivindicadas à Administração decidiu constituir provisão para as referidas causas cujas perdas foram avaliadas por seus assessores jurídicos como prováveis conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Demandas trabalhistas e cíveis	-	2.653

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos possíveis

Em 31 dezembro de 2023, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há ações em curso com risco de perda classificado como possível. Em 31 de dezembro 2022 as ações em curso que com risco de perda classificado como possível totalizam R\$ 7.293.

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 é de R\$ 2.000 está representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada assim distribuído:

	<u>%</u>	<u>Ações</u>	<u>R\$</u>
Enege Participações S.A.	56,2	1.124.000	1.124
Socicam Administração, Projetos e Repres. Ltda.	43,8	876.000	876
	100	2.000.000	2.000

15.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

15.3. Reserva para contingências

Os acionistas decidiram instituir um Fundo de Reserva para Contingências destinado a reparar perdas relacionadas a eventuais passivos financeiros, ocultos ou não que venham a prejudicar a Companhia.

15.4. Distribuição de dividendos

O valor mínimo dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas ao final de cada exercício social terá como base o valor igual a 85% do saldo do lucro líquido, após todas as deduções legais e obrigações decorrentes de reservas legais e obrigações previstas em lei nos termos do Acordo de Sócios da Companhia e do Estatuto.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram realizadas distribuições de lucros.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

16. Receita líquida

	2023	2022
Receitas de estacionamento	-	417
Embarque e utilização (TET)	20.685	
(-) Tributos sobre a receita	(2.980)	(63)
	17.705	354

17. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Custo de pessoal	(779)	(1.896)
Aluguel	(400)	(805)
Serviços públicos	(105)	(89)
Prestadores de serviços	(42)	(103)
Outorga onerosa	-	(95)
Custos gerais	(18)	(42)
	(1.344)	(3.030)

18. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas gerais	(17)	(339)
Amortização e depreciação	(767)	(741)
Utilidades e serviços	-	-
Contribuições impostos e taxas	-	(14)
Reversão de / provisão para demandas judiciais	2.653	(754)
Recuperação de despesas	368	1.090
	2.237	(758)

19. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita de aplicação financeira	2.052	216
Receitas financeiras	2.052	216
Despesas bancárias	(187)	(41)
Juros e multas	(33.982)	(9.950)
Outras despesas financeiras	(4.157)	(11)
Despesas financeiras	(38.326)	(10.002)
Resultado financeiro líquido	(36.274)	(9.786)

20. Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL foram calculados com base no resultado ajustado pelas adições e exclusões previstas pela legislação. A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes das provisões tributárias	(17.676)	(13.220)
Adições / (Exclusões)	(2.652)	756
Base de cálculo	(20.328)	(12.464)
Alíquota nominal de IRPJ + CSLL	34%	34%
(=) Despesa IRPJ e CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar (IRPJ e CSLL) no montante de R\$ 32.792 (R\$ 12.464 em 2022) registrando-os apenas quando existe perspectiva de realização de resultados tributáveis futuros.

Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia não possuía nenhuma transação em aberto em 31 de dezembro de 2023 envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos).

As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas envolvendo particularmente bancos, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

Esses instrumentos, por causa de sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

22. Cobertura de seguros

Os seguros contratados pela Companhia para os seus ativos e para os estacionamentos são considerados suficientes pela Administração e por especialistas da área para cobertura de eventuais ocorrências de sinistros e atendem ao estabelecido no contrato do Consórcio Prima com o Metrô.

Membros da Diretoria

Marcílio Carlos Bovolini
Diretor Vice-Presidente

Rodrigo Fernandes Toledo
Diretor Financeiro

Eduardo Buzam Júnior
Contador - 1SP243887/O-3
